26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

QUEM FALA SOBRE A AMAZÔNIA?: COLONIALISMO E JUSTIÇA INFORMACIONAL

WHO SPEAKS ABOUT THE AMAZON?: *COLONIALISM AND INFORMATIONAL JUSTICE*

Mateus Rebouças Nascimento – Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)
Edna Karina da Silva Lira – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Dayane Dornelles – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Priscila Machado Borges Sena – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Este trabalho analisa a produção e circulação internacional da informação científica sobre a Amazônia sob a perspectiva do colonialismo informacional. O objetivo central é compreender as desigualdades estruturais e as relações de poder que definem quem possui autoridade para falar sobre a região nos circuitos globais da ciência. A metodologia, de caráter documental e bibliométrica, baseou-se na análise de 2.711 artigos indexados na base *Web of Science* entre 2016 e 2025. Os resultados demonstram que, embora o Brasil concentre a maior parte das publicações (62,4%), países do Norte Global, liderados pelos Estados Unidos (31%), mantêm uma influência significativa na produção de conhecimento. O estudo revela ainda um fenômeno de "colonialismo interno", visto que instituições brasileiras situadas fora do território amazônico, como a USP, ocupam posições de maior destaque do que as instituições sediadas na própria região. A assimetria é reforçada pela hegemonia absoluta do inglês, que representa 99,78% da produção, o que acaba por marginalizar os idiomas locais e silenciar pesquisadores regionais. Conclui-se que a produção científica sobre a Amazônia é marcada por hierarquias que invisibilizam vozes e saberes locais. O estudo defende o fortalecimento da Justiça Informacional, visando ampliar o protagonismo das instituições amazônicas e garantir a soberania das comunidades tradicionais na construção das narrativas sobre seu território.
Palavras-chave: produção de conhecimento; colonialismo; conhecimento sobre Amazônia; justiça informacional.

Abstract: This paper analyzes the international production and circulation of scientific information about the Amazon from the perspective of informational colonialism. The central objective is to understand the structural inequalities and power relations that define who has the authority to speak about the region in global science circuits. The methodology, of a documentary and bibliometric nature, was based on the analysis of 2,711 articles indexed in the Web of Science database between 2016 and 2025. The results demonstrate that, although Brazil concentrates the majority of publications (62.4%), countries of the Global North, led by the United States (31%), maintain a significant influence on knowledge production. The study also reveals a phenomenon of "internal colonialism," since Brazilian institutions located outside the Amazonian territory, such as USP (University of São Paulo), occupy more prominent positions than institutions based in the region itself. This asymmetry is reinforced by the absolute hegemony of English, which represents 99.78% of the production, ultimately marginalizing local languages and silencing regional researchers. It is concluded that scientific production on the Amazon is marked by hierarchies that render local voices and knowledge invisible. The study advocates for the strengthening of Information Justice, aiming to expand the protagonism of Amazonian institutions and guarantee the sovereignty of traditional communities in the construction of narratives about their territory.
Keywords: knowledge production; colonialism; knowledge about the Amazon; informational justice.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é discutida nos debates científicos e sociais em dimensões temáticas relacionadas às mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade, povos tradicionais, dentre outras perspectivas. A região é compreendida como um espaço orientador para as questões ambientais globais, enfrentando desafios em que o desenvolvimento sustentável e a preservação das culturas tradicionais encontram-se permeados em seus debates (Mardegan; Lopes; Manaças, 2025).

O domínio científico sobre a Amazônia é investigado em pesquisas (Brandão; Arieira; Nobre, 2024; Ramos; Hazeu, 2025; Reis; Corazza, 2025; Silva, 2025a) que contribuem para sua consolidação como objeto de interesse científico global. Contudo, esse processo ocorre em um cenário de desigualdades estruturais que envolvem infraestrutura científica, financiamento, questões linguísticas e acesso aos canais consolidados de comunicação científica.

Neste contexto, analisar a produção de conhecimento sobre a Amazônia permite ir além dos dados quantitativos, direcionando o olhar para as relações sociais, institucionais, territoriais e informacionais que atravessam a produção e a circulação do conhecimento científico. Com isso, torna-se possível compreender quem produz, de onde produz, com quais

instituições se vincula, em quais canais de publicação, em quais idiomas e de que forma esse conhecimento passa a circular internacionalmente.

O colonialismo informacional torna-se uma perspectiva para analisar a produção e circulação internacional da informação científica sobre a Amazônia. Essa perspectiva contribui para compreender como a informação sobre determinados territórios, populações e conhecimentos pode ser coletada, organizada, interpretada, publicada e legitimada por atores que concentram maior poder científico, econômico e tecnológico. Nessa direção, as dinâmicas contemporâneas de apropriação e controle da informação reproduzem lógicas históricas de extração e concentração de poder, deslocando para o ambiente informacional mecanismos que caracterizaram os processos coloniais (Couldry; Mejias, 2019).

No caso da Amazônia, essa discussão permite questionar a forma como a região se torna objeto de investigação global, mas nem sempre os sujeitos amazônicos, suas instituições, experiências e conhecimentos ocupam o mesmo lugar de autoridade na comunicação científica. A Amazônia, nesse sentido, constitui-se como um espaço congregado por relações históricas de poder, exploração, resistência e produção de saberes.

Considerando que se trata de um território constituído por povos indígenas, comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, quilombolas, dentre outros grupos sociais, investigar quem fala sobre a Amazônia implica também compreender quais vozes são reconhecidas, quais instituições são legitimadas e quais conhecimentos permanecem invisibilizados nos circuitos internacionais da ciência.

Essa discussão aproxima-se das questões relacionadas à Justiça Informacional e às desigualdades estruturais, no sentido de que a circulação internacional da ciência pode reforçar centralidades e apagamentos. Quando determinados centros passam a concentrar a capacidade de produzir informações sobre a Amazônia, há o risco de reprodução de hierarquias que historicamente marcaram a relação entre territórios e espaços hegemônicos de conhecimento. Nesse sentido, a comunicação científica não se configura apenas como um processo técnico de disseminação de resultados, mas como um campo que pode ser analisado em uma perspectiva crítica.

Diante dessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica de produção e circulação internacional da informação científica sobre a Amazônia na perspectiva do colonialismo informacional. Para isso, busca-se: a) identificar os principais atores que

produzem conhecimento científico sobre a Amazônia; b) mapear a concentração institucional e geográfica da produção científica sobre a temática; c) analisar redes de colaboração científica; e d) discutir perspectivas do colonialismo informacional na comunicação científica sobre a Amazônia.

Esta pesquisa, vinculada ao GT 12 do ENANCIB, investiga a produção científica sobre a Amazônia sob a ótica do colonialismo informacional, analisando as complexas relações entre informação, poder, epistemicídio e Justiça Informacional no contexto das desigualdades estruturais. Ao questionar quem detém a legitimidade para falar sobre a região, o estudo compreende a informação científica como um fenômeno sociopolítico em que o reconhecimento de sujeitos e instituições na construção do saber é desigual.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA

A Amazônia possui recursos naturais para desenvolvimento industrial e ecológico, fomentando o desenvolvimento das regiões brasileiras. Nesse sentido, colaborações e desenvolvimento de pesquisas científicas sobre e na Amazônia têm chamado atenção de pesquisadores.

Azevedo (1989) argumenta que a qualidade da informação é um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento efetivo da sociedade. No contexto amazônico, a produção científica pode colaborar para conhecimentos científicos, culturais e fomentar políticas governamentais que sejam coerentes com a região (Aragón, 1989).

A circulação da informação científica na Amazônia manifesta-se de forma híbrida ao integrar redes digitais colaborativas, bases de dados especializadas e a atuação de instituições acadêmicas no fomento ao desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, destacam-se iniciativas como a Rede Recursos Humanos e Inteligência para Sustentabilidade na Amazônia (RHISA), que conecta pesquisadores, governos e o terceiro setor para o intercâmbio de soluções, e a Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia: Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (BDIJAm), que sistematiza e torna acessíveis informações sobre ciência, tecnologia e meio ambiente para fins escolares e acadêmicos (Issberner; Dias, 2025). Esse fluxo informacional é potencializado pelo uso de mídias sociais e plataformas web, que ampliam a conectividade e a organização dos dados sobre a região.

Essa circulação de informação também foi moldada por relatos de viajantes e naturalistas que visitaram a região, criando as primeiras "zonas de contato" para o

conhecimento científico amazônico. Figuras como Elizabeth Agassiz e Emília Snethlage contribuíram para a construção de um imaginário e de um corpo de dados sobre a fauna, flora e as populações locais, embora muitas vezes sob uma ótica eurocêntrica. Atualmente, programas de pós-graduação na região, como o Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC/Ufam), buscam descolonizar esse conhecimento, promovendo pesquisas que articulam saberes tradicionais, gestão da informação e preservação da memória local (Alberto, 2019).

A gestão da informação científica e histórica é importante para a soberania informacional dos povos da Amazônia, permitindo que as próprias comunidades produzam e controlem suas narrativas. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA) possuem atuação importante ao preservar acervos que relatam a memória da região, garantindo que o conhecimento científico acumulado sirva como instrumento de transformação social e fortalecimento identitário. A informação deixa de ser apenas um dado técnico para se tornar uma dimensão política da luta pela preservação da vida e dos modos de vida tradicionais na Amazônia (Issberner; Dias, 2025).

3 ENTRE COLONIALISMO INFORMACIONAL E JUSTIÇA INFORMACIONAL

Embora o colonialismo informacional contribua para evidenciar as assimetrias que permeiam a produção e circulação internacional do conhecimento, a Justiça Informacional oferece uma perspectiva complementar voltada à análise das condições de equidade nos processos informacionais. Essa abordagem desloca a atenção da simples identificação de desigualdades para a compreensão de como elas afetam a participação, a representação e o reconhecimento dos diferentes sujeitos envolvidos na produção do conhecimento. Nesse sentido, a informação deixa de ser compreendida apenas como recurso ou produto científico e passa a ser analisada como elemento constitutivo das relações sociais, políticas e epistêmicas (Smith, 2001; Sena, 2023).

A Justiça Informacional, segundo Mathiesen (2015), pressupõe o tratamento equilibrado de sujeitos como produtores e usuários de informação. Esta perspectiva supera a simples democratização do acesso ao enfatizar a participação efetiva na construção e circulação do saber. As desigualdades emergem quando barreiras impedem grupos de influenciar agendas científicas ou de terem seus conhecimentos validados. A justiça plena

exige o reconhecimento de saberes diversos em espaços legitimados de produção científica regional e global. (Mathiesen, 2015; Garcês-da-Silva *et al*., 2022; Sena, 2023).

Infraestruturas informacionais são construções sociais que refletem interesses e assimetrias de poder (Johnson, 2014). A simples circulação de dados não assegura inclusão, podendo, ao contrário, reproduzir privilégios históricos. Silva (2025b) argumenta que a governança atual reforça dependências ao centralizar a gestão da informação. Essa concentração em poucos atores e países compromete a produção e o uso democrático do conhecimento.

No contexto amazônico, a Justiça Informacional analisa o protagonismo nas redes de colaboração e a legitimidade do saber regional. Essa perspectiva é vital para reconhecer os conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais frente à ciência institucional. Pressupõe-se a ampliação da participação e representação de grupos historicamente marginalizados nos sistemas de informação. Busca-se garantir que vozes locais definam agendas de pesquisa e alcancem reconhecimento nos circuitos globais do saber (Mathiesen, 2015; Sena, 2023).

Neste estudo, o Colonialismo Informacional orienta a interpretação de mecanismos de concentração e controle na produção científica, enquanto a Justiça Informacional problematiza distribuição, participação e reconhecimento. Articuladas, essas perspectivas permitem compreender desigualdades bibliométricas como indícios de assimetrias de visibilidade, legitimidade e participação. A articulação entre essas óticas demonstra que as desigualdades transcendem a simples distribuição estatística de publicações. As disparidades envolvem disputas profundas por autoridade epistêmica, soberania informacional e reconhecimento de saberes. Busca-se compreender como a comunicação científica pode promover ou restringir a legitimidade dos conhecimentos regionais (Smith, 2001; Johnson, 2014; Silva, 2025b; Garcês-da-Silva *et al.*, 2022; Sena, 2023).

Neste estudo, autoridade epistêmica refere-se à legitimidade socialmente reconhecida atribuída a determinados sujeitos, instituições ou comunidades para produzir, validar e fazer circular conhecimentos considerados legítimos em determinado sistema científico. A autoridade epistêmica não decorre apenas da produção de conhecimento, mas das condições institucionais, editoriais, linguísticas e políticas que conferem diferentes graus de credibilidade e visibilidade aos seus produtores.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Figura 1 detalha o percurso metodológico fundamentado na perspectiva do colonialismo informacional. Esta pesquisa exploratória e documental utiliza procedimentos bibliométricos para analisar a produção científica internacional sobre a Amazônia. Com dados da *Web of Science*, busca-se uma interpretação crítica dos registros para evidenciar as disputas de poder na construção do conhecimento regional.

Figura 1 - Etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: elaboração própria (2026).

A escolha da *Web of Science* fundamenta-se na sua relação direta com o conceito de colonialismo informacional, uma vez que essa base de indexação internacional atua como um espaço de legitimação e visibilidade que reflete as dinâmicas de concentração da produção científica global. Ao priorizar critérios editoriais, linguísticos e institucionais que favorecem centros de pesquisa de países com maior infraestrutura, a plataforma permite observar como a validação do conhecimento é atravessada por assimetrias de poder. A utilização no estudo é essencial para analisar como a informação científica sobre a Amazônia circula em um sistema de comunicação internacional permeado por desigualdades estruturais, evidenciando quais vozes e instituições alcançam reconhecimento nos circuitos globais de saber.

A coleta dos dados foi realizada na coleção principal da *Web of Science*, utilizando o campo de busca por tópico, recuperando os termos no título, resumo, palavras-chave do autor

e *Keywords Plus*. Para a estratégia de busca foi elaborada com termos em português, inglês e espanhol relacionados à Amazônia, contemplando variações linguísticas e expressões utilizadas internacionalmente para se referir à região. A estratégia de busca utilizada foi: *(amazoni* OR amazonian OR amazonic OR amazônia OR amazonía OR amazônico OR amazônica OR amazónico OR amazónica OR amazonas OR "Amazon basin" OR "Amazon river" OR "Amazon rainforest" OR "Amazon forest" OR "Amazon region" OR "Amazon biome") NOT ("Amazon.com" OR "Amazon Web Services" OR "Amazon Mechanical Turk" OR "Mechanical Turk" OR Kindle OR Alexa OR "Amazon Prime" OR "Amazon S3" OR "Amazon EC2" OR "online retail*" OR ecommerce OR "e-commerce").*

A primeira parte da estratégia contempla os termos relacionados à Amazônia. O uso do radical amazoni* permitiu recuperar variações terminológicas como Amazonia, Amazonian e Amazonic, ampliando o alcance da busca. Foram incluídas variações em português e espanhol, como “amazônia”, “amazonía”, “amazônico”, “amazônica”, “amazónico” e “amazónica”, considerando que a produção científica sobre a região circula em diferentes idiomas. Também foram utilizadas expressões em inglês, como *“Amazon basin”, “Amazon river”, “Amazon rainforest”, “Amazon forest”, “Amazon region” e “Amazon biome”,* por serem formas recorrentes de representação da Amazônia na literatura internacional. As aspas foram empregadas para recuperar as expressões exatas, evitando que os termos fossem buscados de forma isolada.

A segunda parte da estratégia utiliza o operador *NOT* para excluir documentos relacionados à empresa Amazon e seus produtos ou serviços digitais. Termos como *“Amazon.com”, “Amazon Web Services”, “Amazon Mechanical Turk”, “Kindle”, “Alexa”, “Amazon Prime”, “Amazon S3” e “Amazon EC2”* foram inseridos com o objetivo de reduzir ruídos na recuperação.

Após a aplicação da estratégia de busca, foram utilizados os respectivos filtros para delimitação do corpus da pesquisa: coleção principal da *Web Of Science*, nos últimos 10 anos (2016-2025), tipologia documental para artigos na área de Ciências Ambientais, recuperando-se 2.711 documentos, que constituíram os dados da pesquisa. A coleta foi realizada em maio de 2026. Justifica-se a escolha pela coleção principal da base de dados por sua centralidade na comunicação científica internacional, reunindo periódicos que possuem maior visibilidade nos sistemas globais de indexação. O recorte temporal dos últimos dez anos, compreendendo

o período de 2016 a 2025, foi adotado com o objetivo de analisar a produção científica recente. A seleção da área de Ciências Ambientais foi por sua relação com os debates sobre a Amazônia vinculados às mudanças climáticas, biodiversidade, ecossistemas, sustentabilidade e conservação.

A delimitação pelo tipo documental artigo justifica-se por ser o principal canal formal de comunicação científica, amplamente utilizado para disseminação de resultados de pesquisa em periódicos indexados. A escolha contribuiu para padronização dos metadados analisados no que se refere à autoria, afiliação institucional, país, periódico, idioma, citações e referências. Após a recuperação dos registros, os dados foram exportados da *Web of Science* com informações bibliográficas completas, contemplando autores, título, resumo, palavras-chave, ano de publicação, periódico, idioma, afiliações institucionais, países, áreas do conhecimento, citações e referências. Os dados foram organizados e tratados para padronização de nomes de autores, instituições e países, considerando possíveis variações de grafia presentes nos registros recuperados.

A análise dos dados foi organizada em três etapas. A primeira consistiu na análise descritiva da produção científica, com o objetivo de identificar a distribuição dos principais autores, países, instituições e idiomas que concentram a produção científica sobre a Amazônia. Essa etapa contribuiu para mapear a concentração institucional e geográfica da produção, observando os atores que assumem maior centralidade no corpus analisado. Nesta etapa, quanto aos percentuais apresentados, estes foram calculados sobre o total de documentos do corpus (n = 2.711), adotando o método de contagem integral (*full counting*), em que cada documento é creditado a todos os países presentes em suas afiliações. Portanto, um artigo assinado por autores de diferentes países é computado para cada uma dessas instituições, o que evidencia o peso da coautoria internacional na produção examinada e não representa duplicação de documentos, mas sim captura dos vínculos institucionais e geográficos presentes no corpus.

A segunda etapa foi realizada com o auxílio do *software* métrico VOSviewer, utilizado para construção e visualização de redes bibliométricas. Neste estudo, o *software* foi utilizado para análise das redes de colaboração científica entre países, possibilitando identificar conexões, agrupamentos e centralidades na produção científica internacional sobre a Amazônia. A rede gerada permitiu observar como os atores se articulam na produção do

conhecimento científico sobre a região, evidenciando relações colaborativas, aproximações institucionais e possíveis concentrações geográficas.

A terceira etapa congregou na interpretação crítica dos dados à luz do colonialismo informacional. Nessa etapa, os dados foram compreendidos como elementos que permeiam as relações sociais, territoriais, institucionais e epistêmicas que atravessam a comunicação científica sobre a Amazônia. Foram observadas possíveis assimetrias entre países, instituições e autores que produzem conhecimento sobre a região, considerando a centralidade de determinados atores, a presença ou ausência de instituições amazônicas, os idiomas de circulação, as redes de colaboração, dentre outros.

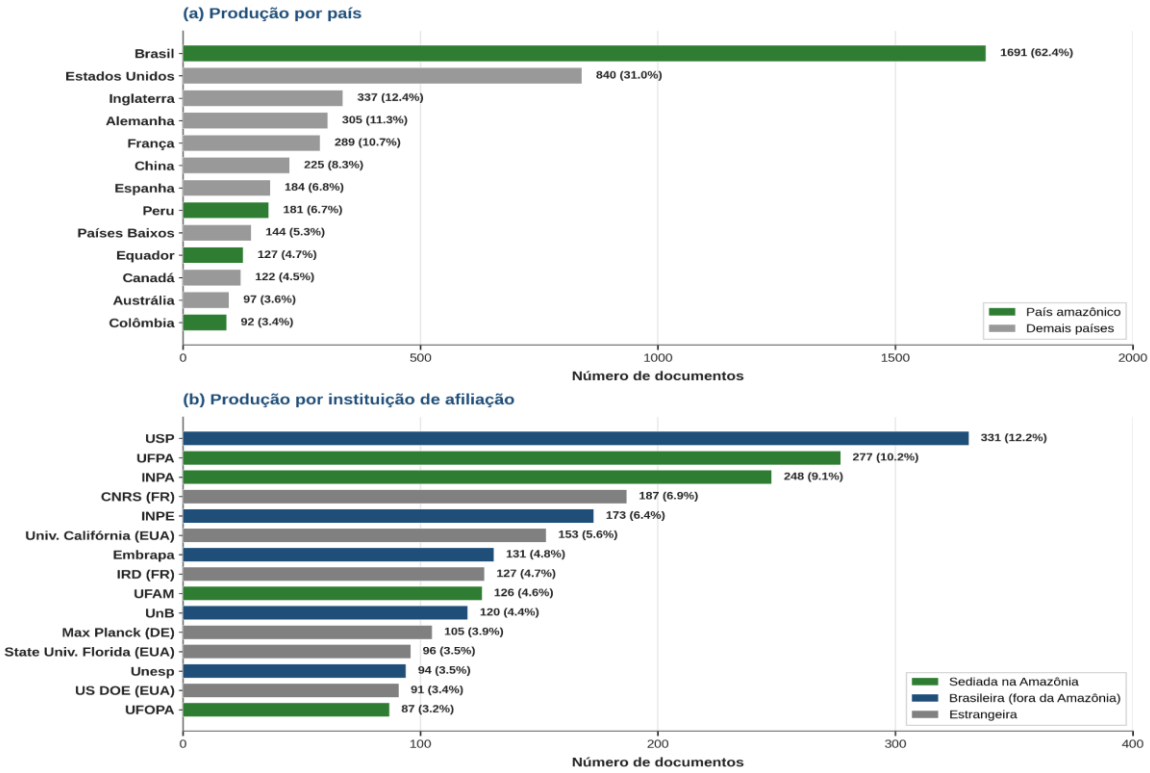
Essa etapa permitiu relacionar os resultados bibliométricos com questões de Justiça Informacional, colonialidade e desigualdades estruturais, compreendendo que a circulação internacional da ciência pode reforçar hierarquias entre alguns produtores de conhecimento. Dessa forma, a análise buscou discutir se a produção científica sobre a Amazônia está concentrada em determinados contextos, bem como de que maneira esses padrões podem indicar processos de centralização sobre a região.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão dimensionados em três eixos: concentração da produção científica por país e instituição; rede de colaboração científica entre países; editores, línguas e acesso aberto.

O primeiro eixo refere-se à distribuição geográfica e institucional da produção científica sobre a Amazônia, apresentado na Figura 2, adotando o método *full counting* como explicitado na metodologia da pesquisa. Observa-se o Sul global representado pelo Brasil concentrando 62,4% dos documentos. No entanto, o predomínio pode não ser interpretado como expressão de autonomia epistêmica regional, tendo em vista que a presença dos países do Norte global se mostra expressiva com Estados Unidos tendo 31,0% da produção (840 documentos), seguidos por Inglaterra (12,4%), Alemanha (11,3%), França (10,7%), China (8,3%), Espanha (6,8%) e Países Baixos (5,3%).

Figura 2 - Distribuição geográfica e institucional da produção sobre a Amazônia



Fonte: dados da pesquisa (2026).

A assimetria se manifesta no cerne do próprio território amazônico. Dos nove países que compõem a Pan-Amazônia (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), apenas quatro figuram entre os mais produtivos do corpus, sendo Brasil (62,4%), Peru (6,7%), Equador (4,7%) e Colômbia (3,4%). Verifica-se que o Brasil isoladamente supera em cerca de quatro vezes a produção somada de Peru, Equador e Colômbia (400 documentos), de modo que o domínio é concentrado em um único país.

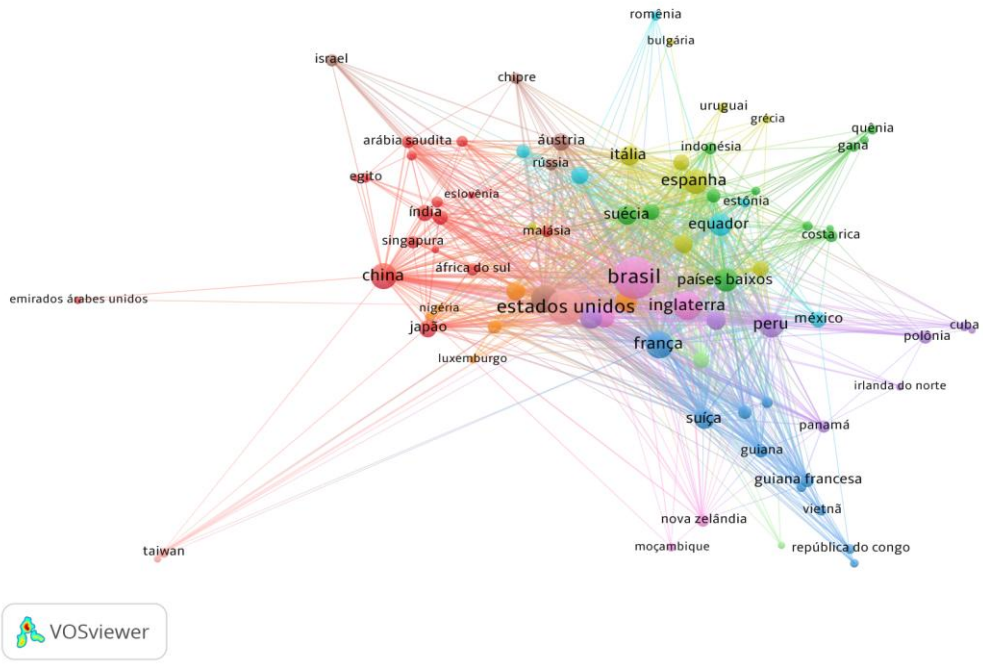
A distribuição por instituição de afiliação destaca a Universidade de São Paulo (USP) (12,2%), sediada na região Sudeste, externa ao território amazônico. As duas instituições amazônicas de maior produção, a Universidade Federal do Pará (UFPA) (10,2%) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) (9,1%) encontram-se com quantitativos próximos de instituições do eixo Centro-Sul brasileiro, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (6,4%), a Embrapa (4,8%), a Universidade de Brasília (UnB) (4,4%) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) (3,5%). Com isso, das nove instituições brasileiras presentes entre as quinze mais produtivas, apenas quatro estão sediadas na Amazônia (UFPA, INPA, UFAM e Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA), o que sugere uma perspectiva de um

colonialismo interno na região, na medida em que instituições localizadas fora do território amazônico ocupam posições centrais na geração e legitimação do conhecimento sobre a Amazônia (Johnson, 2014; Silva, 2025b).

Observa-se instituições estrangeiras que constituem o maior dos três grupos representados na Figura 2, com seis instituições, ante cinco brasileiras situadas fora da Amazônia e quatro sediadas na região. A proeminência de instituições francesas e estadunidenses, historicamente vinculadas à pesquisa tropical e à cooperação científica com o Sul global, evidencia a permanência de assimetrias na produção científica sobre a Amazônia, uma vez que atores externos continuam ocupando posições centrais nas redes de pesquisa e nos mecanismos de reconhecimento e circulação internacional do conhecimento (Silva, 2025b)

A Figura 3 destaca a rede de colaboração científica entre países na produção sobre a Amazônia, explicitando o Brasil e Estados Unidos como nós centrais, ocupando posições dominantes na rede. O Brasil destaca-se como intermediário entre a Amazônia e os circuitos de pesquisa do Norte. As colaborações internacionais do Brasil, quando desagregadas, revelam uma assimetria entre as parcerias com o Norte global e aquelas estabelecidas com os demais países amazônicos.

Figura 3 - Rede de colaboração científica entre países que produzem sobre a Amazônia

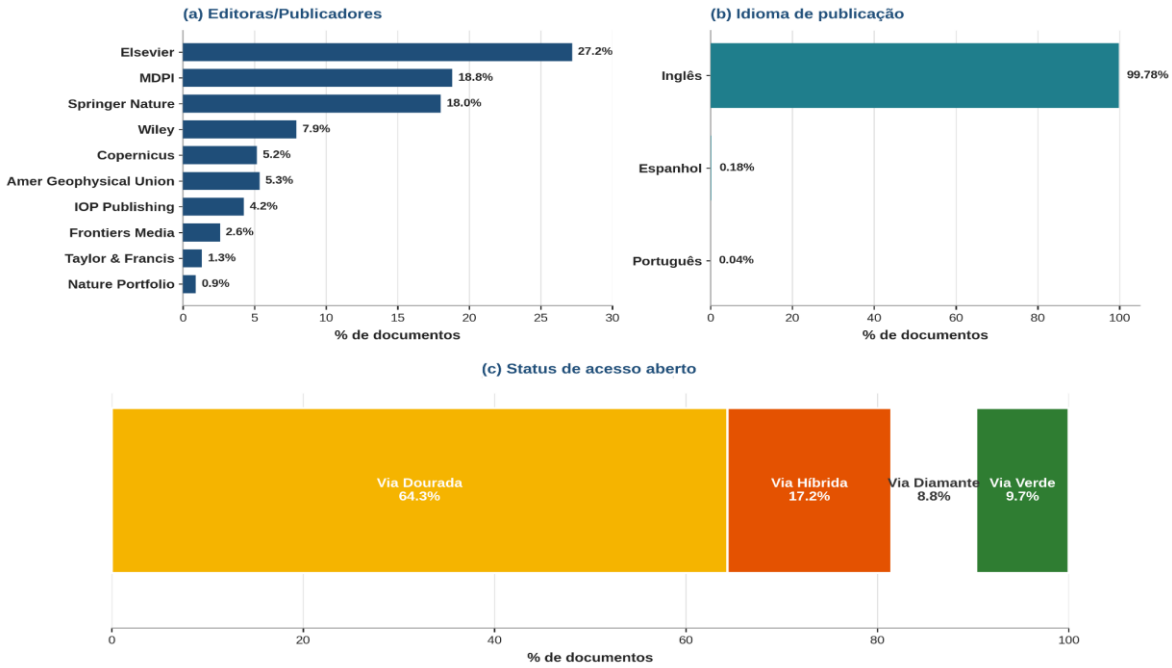


Fonte: dados da pesquisa (2026).

O Brasil concentra 1.140 documentos co-autorais com países do Norte global, enquanto suas colaborações com os demais territórios amazônicos somam apenas 151 documentos. Neste contexto de colaboração entre países amazônicos, dos nove países que compartilham o bioma, apenas quatro (Brasil, Peru, Colômbia, Equador) estabelecem colaborações significativas entre si. Os pares mais colaborativos são Brasil-Peru (58 documentos), Brasil-Colômbia (36), Brasil-Equador (27) e Peru-Venezuela (9). A fragmentação reflete a ausência de políticas regionais integrativas que fortalecem a infraestrutura e a comunicação colaborativa entre os países que fazem parte do bioma.

O terceiro eixo de análise examina a distribuição editorial, linguística e de acesso da produção científica sobre a Amazônia, conforme apresentado na Figura 4. Este eixo compreende como o colonialismo informacional opera também nos mecanismos de mediação do conhecimento: quem publica, em que língua, e sob quais modelos de acesso. A análise da distribuição editorial pontua que as três maiores editoras controlam conjuntamente 63,9% de toda a produção científica sobre a Amazônia no corpus examinado.

Figura 4 - Distribuição editorial, linguística e de acesso da produção sobre a Amazônia



Fonte: dados da pesquisa (2026).

A dimensão linguística destaca que o inglês representa 99,78% de toda produção científica sobre a Amazônia no corpus, enquanto espanhol (0,18%) e português (0,04%), explicitando a hegemonia do inglês na circulação global do conhecimento reflete e reproduz estruturas de poder que privilegiam pesquisadores do Norte global e marginalizam idiomas que permeiam comunidades amazônicas e pesquisadores que trabalham em português ou espanhol.

A análise das vias de acesso aberto ressalta que a "via dourada" (modelo de acesso aberto pago através de *article processing charges*) representa 64,3% dos documentos de acesso aberto, seguida pela "via híbrida", que também envolve pagamento aos editores, indicando que a produção científica de acesso aberto sobre a Amazônia está disponível por meio de modelos que replicam a lógica extrativista clássica do colonialismo: pesquisadores amazônicos e instituições pagam taxas de processamento para que seus resultados circulam sob o controle das mesmas três grandes editoras que monopolizam o mercado.

A "via verde" (permite o auto-arquivamento gratuito em repositórios digitais) representa apenas 9,7%. A predominância da publicação por modelos pagos sobre repositórios institucionais gratuitos sugere que pesquisadores continuam priorizando a visibilidade através de canais controlados pelos oligopólios editoriais do Norte em detrimento de estratégias de autonomia epistemológica, considerando também que os critérios que permeiam a avaliação científica reforçam a prioridade destes canais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como limitação e para pesquisas futuras, reconhece-se que o recorte adotado não contempla toda a produção científica sobre a Amazônia, especialmente aquela publicada em bases regionais, periódicos locais, livros, capítulos, teses, dissertações e outros canais de comunicação científica. Contudo, a delimitação adotada permitiu analisar a produção que circula em uma das bases internacionais de maior visibilidade, tornando possível discutir as centralidades e assimetrias que compõem o conhecimento científico sobre a Amazônia.

A análise da produção científica sobre a Amazônia evidenciou que, embora o Brasil concentre a maior parte dos documentos recuperados, a produção e a circulação internacional desse conhecimento permanecem marcadas por assimetrias institucionais e geográficas. Os resultados demonstraram que instituições estrangeiras e organizações brasileiras sediadas fora da região amazônica ocupam posições de destaque na produção

científica, sugerindo que a legitimidade e a autoridade sobre o conhecimento produzido acerca da Amazônia continuam concentradas em atores localizados além do território investigado.

As redes de colaboração científica, a predominância do inglês como idioma de publicação e a concentração da produção em grandes editoras internacionais reforçam esse cenário. Observou-se que as conexões entre países amazônicos são significativamente menos intensas do que aquelas estabelecidas com países do Norte global, enquanto os canais de circulação do conhecimento permanecem fortemente vinculados a estruturas editoriais e linguísticas que favorecem atores já consolidados nos circuitos internacionais da ciência. Esses resultados indicam que o colonialismo informacional manifesta-se não apenas na produção do conhecimento, mas também nos mecanismos que regulam sua visibilidade, disseminação e reconhecimento.

Dessa forma, a articulação entre colonialismo informacional e Justiça Informacional permitiu compreender que a questão "quem fala sobre a Amazônia?" ultrapassa a identificação dos atores mais produtivos, envolvendo também disputas por representação, participação e autoridade epistemológica. Conclui-se que fortalecer instituições amazônicas, ampliar a cooperação científica entre os países da Pan-Amazônia e valorizar estratégias de circulação do conhecimento mais inclusivas constituem desafios relevantes para a promoção de maior equidade na produção científica sobre a região. Como agenda futura, sugere-se ampliar a análise para outras bases de dados e investigar aspectos relacionados à autoria, financiamento e participação de povos indígenas e comunidades tradicionais na produção do conhecimento científico sobre a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis Eduardo. Cooperação para o desenvolvimento amazônico: informação e documentação. *In*: ARAGÓN, Luis Eduardo; IMBIRIBA, Maria de Nazaré. **Informação e documentação na Amazônia**. Belém: UFPA, 1989.

AZEVEDO, Aline da Rin Paranhos de. Informação e documentação científica, tecnológica e cultural na Amazônia brasileira. *In*: ARAGÓN, Luis Eduardo; IMBIRIBA, Maria de Nazaré. **Informação e documentação na Amazônia**. Belém: UFPA, 1989.

BRANDÃO, Diego Oliveira; ARIEIRA, Julia; NOBRE, Carlos A. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 38, n. 112, p. 249-270, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.014. Acesso em: 15 maio 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro *et al*. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/view/1208. Acesso em: 19 jun. 2026.

ISSBERNER, Liz-Rejane; DIAS, Julia Santos Rodrigues. Dinâmicas informacionais na resistência amazônica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/download/1810/1862. Acesso em: 15 maio 2026.

JOHNSON, Jeffrey Alan. From open data to information justice. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 16, n. 4, p. 263-274, 2014. DOI: https://doi.org/10.1007/s10676-014-9351-8. Acesso em: 15 maio 2026.

MARDEGAN, Alexssandra Muniz; LOPES, Josélia Leontina de Barros; MANAÇAS, Mírtes Emília Almeida. O papel das terras indígenas na Amazônia legal para o desenvolvimento sustentável. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/oelv23n1-211. Acesso em: 15 maio 2026.

MATHIESEN, Kay. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, Baltimore, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044. Acesso em: 15 maio 2026.

RAMOS, Karina Mendes Vicente; HAZEU, Marcel Theodoor. Mercado de carbono na Amazônia paraense: exploração e violações em comunidades tradicionais. **Serviço Social & Sociedade**, [S. l.], v. 148, n. 2, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.458. Acesso em: 15 maio 2026.

REIS, Guilherme Dourado dos; CORAZZA, Rosana Icassatti. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): uma revisão de escopo sobre institucionalização, eficácia e desmantelamento. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 37, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/SN-v37-2025-73148. Acesso em: 15 maio 2026.

SENA, Priscila Machado Borges. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 28, n. esp., 2023. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e93046. Acesso em: 15 maio 2026.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Quem controla seus dados?** Ciência aberta, colonialismo de dados e soberania na era da inteligência artificial e do big data. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025b.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários: revisão de uma trajetória de curta duração. **Revista NERA**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2025a. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10467. Acesso em: 15 maio 2026.

SMITH, Martha. Global information justice: rights, responsibilities, and caring connections. **Library Trends**, Baltimore, v. 49, n. 3, p. 519-537, 2001. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/items/8307. Acesso em: 15 maio 2026.

AGRADECIMENTOS OU FINANCIAMENTO

Agradecemos à Agência de Fomento CAPES pelo financiamento desta pesquisa.